

Tribuna BANCÁRIA

NOVEMBRO
AZUL



CUIDAR
DA SAÚDE
TAMBÉM É
COISA DE
HOMEM

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1595 | 4 A 9 DE NOVEMBRO DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

#SEÉPÚBLICOÉPARATODOS

EM BRASÍLIA, BANCÁRIOS VÃO ÀS RUAS
EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS



CASSI: PROPOSTA DAS ENTIDADES É ACEITA PELO BANCO DO BRASIL

Corpo de associados deve apreciar e
deliberar sobre o documento até o final de
2019. (pág. 4)

CAIXA LANÇA NOVO PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

Este é o quarto PDV aberto pela Caixa nos
últimos anos. O primeiro foi em 2017 e o último,
em maio deste ano (pág. 5)

ARTIGO

MAIOR DESASTRE AMBIENTAL DO LITORAL BRASILEIRO É AGRAVADO POR OMISSÃO DO GOVERNO

Em apenas dois meses, as manchas de óleo nos mares do Nordeste se transformaram na maior tragédia ambiental do litoral brasileiro em toda a história. Com a ajuda de grupos enviados pela Marinha, a população já retirou do mar e das praias mais de 5 mil toneladas do piche em 300 localidades atingidas em mais de 100 municípios em nove estados do Nordeste.

O prejuízo ambiental é imensurável, pois atinge áreas de reservas ambientais, registrando a morte de diversas espécies de vida marinha, além de prejudicar as economias locais, já que esses ambientes são também fonte de renda para mais de 144 mil pescadores artesanais, pequenos comerciantes e comunidades marisqueiras.

Praias, estuários, manguezais, ribeirinhos e populações de vários municípios foram profundamente afetados, mostrando a urgência de se tomar providências para impedir que esse desastre se agrave ainda mais. Por meio do Consórcio Nordeste, que já articula esforços de seus entes consorciados por meio de um grupo de trabalho para acompanhamento permanente, os nove governadores do Nordeste se uniram na busca de investimentos para mitigação dessa tragédia. Para eles, o Brasil não pode esperar mais.

“No entendimento dos Dirigentes Estaduais de Meio Ambiente do Nordeste, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e pelo Ministério Público Federal, sendo combatido e mitigado como deveria pelo Governo Federal e seus órgãos competentes. É preciso colocar em operação o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC), que até o momento não fora totalmente efetivado. Isso só se dará de forma concreta se o Governo Federal se dispuser a uma gestão integrada da crise com total transparência nos dados e ações, inclusive com apoio da marinha brasileira, universidades e demais pesquisadores para a definição de metodologias para identificação da origem do óleo e efetivo monitoramento dos impactos a longo prazo”, defendem os governadores.

Por outro lado, o governo Bolsonaro nunca esteve tão inerte, limitando-se inicialmente a dizer que a origem do óleo não era brasileira, portanto, ele não tinha nada a fazer e aproveitando o gancho para, mais uma vez, insinuar, que o deramamento poderia ter sido criminoso para prejudicá-lo, atirando novas pedras na esquerda e nas ONG's.

O que o governo Bolsonaro tem de entender é que um presidente da República deve governar para todo o País e não só para seus eleitores. Independente do seu claro desprezo pela região Nordeste, obviamente por não ter vencido as eleições por aqui, é que ele, como presidente da Nação, deveria ter acionado imediatamente um plano nacional de contingência para vazamentos no mar, o que só esboçou fazer cerca de 30 dias após a incidente. É bom que se diga que omissão diante de um fato como esse também pode ser considerado crime ambiental.

O fato é que o atraso do governo em agir causou, segundo levantamento do Ibama, a contaminação de 238 praias em 89 cidades do Nordeste. São milhares de vidas afetadas. Em outras palavras: os impactos desse crime ambiental são de longo prazo, não bastassem os prejuízos já apurados até aqui, sobretudo para as comunidades do Nordeste que vivem da pesca e do turismo. Enquanto o governo segue inerte nas suas ações, a população do Nordeste vem arregaçando as mangas e retirando com as próprias mãos o óleo das suas praias, arriscando a própria saúde, mas dando uma verdadeira lição de cidadania ao governo federal.



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*

MOBILIZAÇÃO: BANCÁRIOS REFORÇAM LUTA EM DEFESA DAS ESTATAIS E DA SOBERANIA

Uma multidão foi às ruas de Brasília, dia 30/10, para protestar contra a política econômica do governo Bolsonaro. Com cartazes e palavras de ordem, num ato pacífico, trabalhadores de bancos e empresas públicas se somaram a diversos movimentos sociais para dar o recado: Não mexam nos bancos públicos e nas empresas públicas!

Durante a manifestação, a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, enfatizou a importância da luta em defesa do patrimônio público. Segundo ela, o governo está entregando as estatais, desmontando o serviço público, como a educação e a saúde. Juvandia alertou ainda sobre a situação de grande parte dos trabalhadores no país. “O Brasil possui mais de 12 milhões de desempregados e tem quase 28 milhões de pessoas que estão em subemprego, no desalento, precarizados. Não podemos permitir que entreguem as estatais, tudo isso vai causar prejuízo para população brasileira. Por isso, queremos emprego e renda”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT. Os bancários do Ceará também estiveram presentes na manifestação representados pelos diretores do Sindicato, José Eduardo Marinho, Áureo Júnior e Marcos Saraiva, além do secretário-geral da Contraf-CUT e ex-diretor do SEEB/CE, Gustavo Tabatinga.

De acordo com o presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, o governo desrespeita a população quando propõe a privatização das empresas públicas e dos bancos públicos. “As estatais brasileiras são patrimônio do povo e instrumentos de desenvolvimento do nosso país e nós não podemos permitir que, de maneira nenhuma, eles vendam as estatais”, disse.

Para a deputada federal Erika Kokay, que é bancária, “o país pensado por Jair Bolsonaro é um país onde não cabe o povo



brasileiro. O povo está excluído do orçamento e de qualquer tipo de programa e de desenvolvimento nacional. Esse país é um país que entrega as nossas riquezas para outros países, abre mão dos seus instrumentos estratégicos, como os bancos públicos, a energia e o petróleo”, afirmou.

Durante o ato foi distribuída uma carta à população explicando os motivos da mobilização. “Temos um governo que assiste e promove a destruição do país. O

ano iniciou com mais um crime da Vale, matando 251 trabalhadores em Brumadinho e vemos, até agora, a inércia do Estado na responsabilização e punição dos envolvidos. Assistimos, depois, a escalada criminosa das queimadas na Amazônia e, agora, o óleo que mancha e polui o litoral do Nordeste sem que o presidente Bolsonaro se digne sequer a visitar a área. É sempre o lucro acima da vida”, diz um trecho do documento.

CASSI: BANCO DO BRASIL ACEITA PROPOSTA ELABORADA COM AS ENTIDADES

O Banco do Brasil comunicou dia 31/10 que o Conselho Diretor do banco aprovou a nova proposta de reforma estatutária da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), que foi elaborada com as entidades de representação dos funcionários e apresentada ao banco pelo Conselho Deliberativo da Cassi. O banco informa ainda que a aprovação da proposta depende da anuência dos associados e que, se aprovada, está previsto o aporte adicional na Cassi de até R\$ 588 milhões em 2019.

O banco diz ainda que a proposta prevê também a liquidação antecipada pelo BB de obrigação contratual de R\$ 450,9 milhões referentes ao ressarcimento do déficit do Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), formado por cerca de 2.300 dependentes indiretos de associados, inscritos antes de 2007, quando o estatuto não vedava e que custeado em parte pelo banco e em parte pelos próprios usuários.

APORTE IMEDIATO – As entidades representativas acordaram com o banco que, se o estatuto for aprovado, o BB aportará de imediato R\$ 1.006 bilhões para o Plano Associados: R\$ 450 milhões relativos à antecipação de pagamento de todas as parcelas futuras de responsabilidade do banco no GDI; R\$ 415 milhões para pagar contribuições patronais para dependentes de ativos retroativas a janeiro de 2019; R\$ 141 milhões relativos às

CONHEÇA ALGUNS PONTOS DA

GOVERNANÇA: Com relação à administração da Cassi, as entidades da presidência não seja aplicado sobre “atividades técnicas”, mas somente se uma deliberação técnica ficar empatada na Diretoria Executiva, se o Conselho Deliberativo, sem voto de qualidade do presidente. Permanecendo estabelecidos no estatuto, resta um prazo de 15 dias para formação de voto de qualidade, não sendo constituída maioria para deliberação da matéria, o voto de qualidade.

EXPERIÊNCIA DOS CANDIDATOS: Com relação ao período de experiência para exercício do cargo de função gerencial, pela proposta da entidade deve-se considerar a experiência até a data da investidura e não mais da data da indicação pelo patrocinador, a comprovação permanece na data da indicação.

MODELO DE CUSTEIO: A base estrutural do modelo de custeio, permanecendo as verbas salariais dos associados, com contribuição mínima de R\$ 120,00, e de R\$ 135,00. Os percentuais de contribuição dos associados ativos e inativos ficou limitada a R\$ 300,00 por dependente. Já o banco, contribuição de ativos, limitado a três dependentes.

despesas administrativas de todo o ano de 2019. “Agora, temos que arregaçar as mangas e intensificarmos nossas visitas às bases para apresentar a proposta, esclarecer as dúvidas e conseguir a aprovação por, pelo menos 2/3 dos associados”, disse João Fukunaga (CEBB). “Não temos muito tempo. O memorando de intenções que

permite o aporte em dezembro. A nova proposta aprovada é boa, vai ficar aprovada. Para conhecer mais, visite cassi.com.br/futuro.”

BB ANUNCIA REMOÇÃO COMPULSÓRIA PARA ALÉM DAS REGIÕES METROPOLITANAS

O Banco do Brasil anunciou dia 28/10 que fará nova rodada de remoções compulsórias que atingirá 467 funcionários. Como a Contraf-CUT já havia anunciado, as remoções extrapolam os limites da região metropolitana e seus municípios limítrofes. A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reuniu com o banco dia 29, em Brasília, para tratar do assunto.

É preciso deixar claro que o banco está descumprindo o acordo firmado com as entidades de representação dos trabalhadores. O acertado é que não seriam realizadas remoções compulsórias para municípios que não fossem o da origem dos funcionários. O acordo previa remoções para localidades até 30km de distância do local de origem, podendo, no máximo, chegar a 50km quando não houvessem vagas em distância inferior. Mesmo assim, haveria uma consulta ao trabalhador antes de definida a remoção.

Segundo o banco, o parágrafo terceiro do artigo 469 da nova CLT dá respaldo para as transferências compulsórias que estão sendo realizadas. O banco alega que abriu várias vezes a possibilidade de remoção voluntária, inclusive pelo Sistema Automático de Concorrência à Remoção (SACR) especial em âmbito nacional. Como não conseguiu preencher as vagas existentes e permanecerem funcionários em excesso em várias praças, o banco precisou fazer as remoções compulsórias. O banco diz ainda que todos os funcionários que foram removidos compulsoriamente poderão concorrer a outras vagas pelo (SACR) especial.

O banco disse ainda que haverá outras rodas de transferências de funcionários e que as Gerências de Pessoas estão orientadas a passar informações e atender os sindicatos de forma local para tratar sobre esses casos.

“As pessoas removidas de origem pelo banco não têm a possibilidade para suas famílias contar que geram custos ao banco e para transferidas dos funcionários.”

José Eduarda

PROPOSTA

A PROPOSTA

es propuseram que o voto de decisão somente sobre administrativas. Assim, será encaminhada para deliberação permanecendo o empate nos sete itens de maioria. Somente ao final deste o presidente terá a prerrogativa do

periência comprovada de quatro anos de, os cargos eleitos podem comprovar candidatura. Para os cargos indicados

ecerá com a contribuição de 4% sobre as e de 4,5% do banco, com valor mínimo de e aposentados para seus dependentes. bairá com 3% da renda dos titulares

orte adicional de recursos na Cassi vence . A partir de janeiro, se não houver uma a aprovada, a situação da Cassi, que já não r ainda pior”, concluiu.

ecer mais sobre a proposta, acesse: www.futuroagora.com.br

soas estão sendo as de suas cidades n porque, segundo ão existem vagas ER não dará a elas idade de voltarem as cidades. Sem que as remoções m custo para o e para as pessoas



das. Vamos lutar para que todos os direitos funcionários garantidos em lei e no ACT sejam cumpridos”

Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: NOVO PDV TEM META DE ATINGIR MIL EMPREGADOS

A Caixa Econômica Federal anunciou dia 30/10 a abertura de um novo programa de demissão voluntária (PDV) para mil empregados.

Segundo a instituição, a adesão deverá ser feita até o dia 8 de novembro. Os desligamentos dos trabalhadores da Matriz e das filiais será entre 2 e 8 de dezembro e o das agências e SR entre 16 e 20 de dezembro. Os inscritos no PDV vigente não podem participar. Também não poderá ocorrer migração de data de um PDV para o outro.

Este é o quarto PDV aberto pela Caixa nos últimos anos. No primeiro, em 2017, o alvo eram os empregados aposentados pelo INSS ou que poderiam se aposentar até 30 de junho daquele ano. Em julho do mesmo ano, o banco anunciou a reabertura para completar a meta de 10 mil que não foi cumprida inicialmente. Em maio de 2019, teve o terceiro para 3,5 mil empregados.



“Nossa luta é por melhores condições de trabalho para os empregados e por atendimento digno à população. Para isso, precisamos de mais trabalhadores e não menos. Esta redução prejudica não só quem fica, como também a população, que é prejudicada diretamente. Queremos mais contratações e um ambiente de trabalho decente. Não ao desmonte da Caixa”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae

AMEAÇA AO MINHA CASA MINHA VIDA NO CEARÁ EXPÕE IMPORTÂNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS

O programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) está ameaçado no Ceará. As obras estão paralisadas devido a um atraso de 3 meses nos repasses do governo federal. Não por acaso a ausência do recurso atinge justamente as famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil, a faixa da população que mais depende do financiamento. Além da morosidade na entrega das moradias, o setor calcula a demissão de até 10 mil operários até o fim do ano. Esta situação expõe a relevância dos bancos públicos no atendimento da população que mais precisa.

No Ceará, 100% dos financiamentos imobiliários estão a cargo dos bancos públicos, representando um montante de R\$ 14 bilhões. Ao todo, o MCMV investiu R\$ 2 bilhões na construção de 37.489 unidades habitacionais no Estado. “79% do crédito imobiliário que circula no Ceará sai dos cofres da Caixa – uma realidade que está ameaçada pela política federal de desmonte do patrimônio público. Não podemos permitir isso”, afirma Marcos

Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae.

INANIÇÃO – Embora não tenha acabado oficialmente com o MCMV, o governo tem inviabilizado seu andamento por meio da inanição. De 2009 a 2016, o MCMV contava com um orçamento anual de R\$ 11 bilhões. Para 2020 está previsto uma quantia de R\$ 2,7 bilhões. E esta situação que atinge o Ceará abrange todo o país. A falta de recursos do governo para as empreiteiras supera R\$ 500 milhões.

CAMPANHA – Prioridade na agenda de privatizações colocada em curso pelo governo, os bancos públicos estão sendo fatiados. Depois de vender a Lotex, a direção da Caixa anunciou a venda das áreas de seguridades, cartões, loterias e gestão de ativos, por meio de abertura de capital na bolsa (IPOs). Para frear a entrega do patrimônio público, foi lançada a campanha #ACAIXAÉTODASUA. Para saber mais, acesse www.acaixaetodasua.com.br.

NOVEMBRO AZUL DESTACA IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE PRÓSTATA

O Outubro Rosa terminou, mas o tema continua sendo prevenção. É porque o mês de novembro é o mês mundial para reforçar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata – conhecido como Novembro Azul.

A cada dia 42 homens morrem em decorrência do câncer de próstata e aproximadamente 3 milhões vivem com a doença, sendo essa, a segunda maior causa de morte por câncer em homens no Brasil. São estimados para este ano 68.220 novos casos, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Frente a essa realidade, a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) inicia mais uma edição da campanha Novembro Azul, que chama a atenção para o diagnóstico precoce do câncer de próstata e também para a saúde do homem de forma global. A ideia é tornar os homens mais conscientes e alertar para alguns



preconceitos que podem colocar em risco suas vidas.

O diagnóstico do câncer de próstata é feito exclusivamente através da biópsia da próstata. Para indicar corretamente a biópsia, o urologista precisa levar em consideração vários fatores, dentre eles

o toque retal. A finalidade desse exame é detectar qualquer alteração na próstata (endurecimento, nódulos) que possa estar relacionada com a presença do câncer. Apesar de desconfortável, é parte fundamental da avaliação prostática, servindo também para auxiliar na decisão da melhor forma de tratamento, caso o câncer esteja presente. O PSA é o marcador mais utilizado no auxílio ao diagnóstico de câncer de próstata. Isoladamente, o PSA elevado não significa necessariamente que o indivíduo tem câncer de próstata, por isso a necessidade do toque retal.

Muitos homens têm medo do diagnóstico de câncer, porém, a medicina tem evoluído para proporcionar aos pacientes tratamentos menos invasivos e cada vez mais eficazes. Atualmente é priorizada a separação entre identificação de um tumor na próstata e a necessidade de tratá-lo, evitando tratamentos agressivos para doenças de baixo risco de progressão.

NOVAS PARCERIAS

PROLAV LAVANDERIA

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com a Prolav Lavanderia, que concede aos sindicalizados descontos especiais.

A Prolav Lavanderia concederá aos associados desconto de 30% em serviços de lavanderia em peças avulsas com preços estabelecidos na tabela “não promocional” ou nos pacotes mensais.

MAIS INFORMAÇÕES:

Av. Pasteur, 659 - Carlito Pamplona, Fortaleza - CE
 Contatos: (85) 3236.4107 fixo e (85) 9.8863-1949 whatsapp
 Horário de atendimento: 8h às 19h (segunda a sexta) e 8h às 12h (sábado)
 Facebook: <https://www.facebook.com/prolavlav/>
 Instagram: @prolavlavanderia



GISELDO CASTRO:

MASSOTERAPIA E TRATAMENTO REIKI

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com o massoterapeuta Giseldo Castro, especialista em acompanhamento terapêutico de Reiki e massoterapia.

Através dessa parceria, os bancários associados têm 30% de desconto no pagamento individual de sessão/consulta de Reiki e Massoterapia.

MAIS INFORMAÇÕES:

Atendimento – todas as sextas – das 14h30 às 18h30
 Local – Recanto da Vó Chiquinha (R. Franklin Távora, 870 – Centro – próximo ao ICBEU)
 Telefone – 85 99712 4881



ITAÚ: TRABALHADORES CONQUISTAM AVANÇOS NO GT DE SAÚDE

Os trabalhadores do Itaú saíram otimistas da reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde, realizada na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, na quarta-feira (30/10).

A direção do banco se comprometeu a ter como prioridade as reivindicações apresentadas pelo movimento sindical, desde 2016, como as cláusulas de antecipação salarial e a do salário emergencial para que o trabalhador afastado consiga pagar seus compromissos num momento de dificuldade de saúde.

Quanto ao endividamento do trabalhador afastado depois do retorno, o banco se comprometeu a analisar uma fórmula que não permita que o holerite fique zerado até quitar a dívida, como acontece atualmente.

Outro ponto importante é a o descritivo dos descontos nos holerites, que confunde muito o trabalhador. O Itaú buscará, via sistema, uma solução. O banco reconheceu ainda que há problemas no processo desde o primeiro dia de afastamento, para entrega de documentos, até o fechamento da folha de pagamentos e isso contribuiu para que os valores sejam confusos. Para a



“Estamos acompanhando de perto o GT de Saúde para que o que está convencionado seja realmente cumprido e para que o funcionário

afastado não seja prejudicado naquele momento em que ele mais necessita de apoio. Esperamos que a próxima reunião traga novos avanços”

Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú

próxima reunião, marcada para a segunda semana de dezembro, o banco ficou de fazer uma apresentação do novo programa de readaptação do trabalhador.

BRDESCO JÁ LUCROU MAIS DE R\$ 19 BI EM 2019

O Bradesco lucrou R\$ 19,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2019, um crescimento de 22,3%, em relação ao mesmo período de 2018 e de 1,2% comparado ao trimestre anterior. De acordo com os destaques do Dieese, o retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado (ROE) ficou em 20,5%, com aumento de 1,8 pontos percentuais em doze meses. Segundo o banco, esse crescimento do resultado se deve “a maior margem financeira, menores despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD – Expandida), crescimento das receitas com prestação de serviços e a contribuição das operações de seguros, previdência e capitalização”.

O balanço trimestral do banco mostra, mais uma vez, que as reivindicações dos funcionários podem ser atendidas. Dentre as reivindicações está o auxílio educação e melhoria na remuneração (PCS), já que esse resultado é fruto do compromisso e do profissionalismo dos

trabalhadores.

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceu 6,8% em doze meses, totalizando R\$ 19,8 bilhões. As despesas de pessoal também cresceram no período (10,4%) atingindo R\$ 16,2 bilhões. Segundo o banco, o crescimento das despesas de pessoal “está relacionado aos efeitos do acordo coletivo de 2018/2019 (reajuste de 4,31%), à evolução do quadro de funcionários, alocados, principalmente, nas áreas de negócios, a concessão de um programa de remuneração variável nas redes de agência, maiores despesas com treinamento e a alta da provisão para processos trabalhistas”. Assim, a cobertura destas despesas pelas receitas secundárias do banco, no período, foi de 121,6%. A holding encerrou setembro de 2019 com 99.272 empregados, com aumento de 1.113 postos de trabalho em doze meses. No período, foram fechadas 85 agências.

SANTANDER LUCRO CHEGA A R\$ 10,8 BI NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2019

O Santander acumulou um lucro líquido gerencial de R\$ 10,824 bilhões no terceiro trimestre de 2019, crescimento de 20,4% em relação ao mesmo período de 2018 e de 1,9% na comparação com o trimestre anterior, segundo análise realizada pelo Dieese.

O levantamento do Dieese aponta ainda que a rentabilidade (retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado – ROE) do banco foi de 21,2%, alta de 1,8 pontos percentuais em doze meses. O lucro no Brasil representou 29% do lucro global obtido pelo banco no período, que foi de € 6,179 milhões, com crescimento de 3% em um ano. Vale salientar que, entre os países, a participação do lucro brasileiro é a maior, seguida da Espanha com participação de 15%.

RECEITA X EMPREGOS – A receita com prestação de serviços e renda das tarifas bancárias cresceu 11,7% em doze meses, totalizando R\$ 14 bilhões, enquanto as despesas de pessoal, incluindo a Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) subiram apenas 1,2%, atingindo R\$ 7 bilhões no período. Assim, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 198,96%. Ou seja, apenas com essa receita, o banco consegue cobrir quase que duas vezes todas as despesas que tem com seus funcionários.

“Esperamos que o esforço para obter esse resultado se reflita na remuneração e valorização dos funcionários e, mais ainda, que o banco aproveite o bom resultado para cumprir a



responsabilidade social que toda instituição financeira deveria ter”
Aílson Duarte, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

SEMINÁRIO: BANCÁRIOS REAFIRMAM LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

Refletir sobre os processos de desmonte do patrimônio público em andamento no Brasil e a importância dos bancos públicos para assegurar a soberania nacional e um país mais justo e igualitário pautou o debate do seminário “O Brasil é nosso – Em defesa dos bancos públicos e da soberania nacional”, realizado dia 29/10, em Brasília. A 21ª Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida no início de agosto, em São Paulo, definiu a defesa da soberania nacional como um dos eixos prioritários de atuação da categoria.

Promovido pela Contraf/CUT e pela Fenae, o evento reuniu economistas, lideranças sindicais, parlamentares e dirigentes de entidades representativas dos trabalhadores da Caixa, Banco do Brasil e bancos regionais. Para os participantes do seminário, a política ultraliberal do governo Bolsonaro ataca por todos os lados o patrimônio brasileiro e promove a retirada de direitos dos trabalhadores.

A presidenta da Contraf/CUT, Juvandira Moreira, lembrou que os bancos públicos são ferramentas que tem ajudado e podem continuar contribuindo para o desenvolvimento econômico e geração de renda. Segundo a dirigente, essas instituições promovem o desenvolvimento regional de forma igualitária, reforçando a soberania nacional. Para o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, o país atravessa um momento



difícil, marcado por um retrocesso. Por isso é necessária uma postura de enfrentamento contra uma gestão que desestrutura o estado democrático e retira direitos dos cidadãos que mais precisam de oportunidades.

A abertura do seminário contou com a participação das deputadas federais Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Erika Kokay (PT-DF), dos deputados federais Daniel Almeida (PC do B-BA), Zé Carlos (PT-MA) e Alexandre Padilha (PT-SP), e do senador Jaques Wagner (PT-BA).

MANIFESTO – No encerramento do seminário, os conselheiros dos bancos públicos eleitos pelos trabalhadores divulgaram manifesto repudiando o dire-

cionamento político e econômico do atual governo, que tem resultado no desmonte do patrimônio público brasileiro. No manifesto, os conselheiros eleitos afirmam que para se ter um país mais justo e inclusivo é preciso ter bancos públicos fortes. O documento também destaca que os bancos públicos implementam políticas públicas de forma mais eficiente e barata. “Os bancos públicos sempre exerceram um preponderante papel na economia do país, atuando de forma decisiva no desenvolvimento econômico social”, ressalta a nota. O documento foi assinado por Rita Serrano (conselheira Caixa); Débora Fonseca (BB), Willian Saab (BNDES), Inácio Vieira Cruz (Basa) e Rheberny Oliveira (BNB).

Câncer: exames em até 30 dias

Pacientes do SUS com suspeita de câncer terão direito à realização de exames em até 30 dias. É o que assegura a Lei 13.896/19, publicada dia 31/10 no Diário Oficial da União. A regra entra em vigor em 180 dias. Independentemente do tipo de neoplasia, o fator mais determinante para o sucesso da terapia é o diagnóstico precoce. “Portanto, a medida irá reduzir a quantidade de pessoas que falecem em função do câncer”, explica o senador Nelsinho Trad (PSD/MS), autor do projeto que deu origem à lei.

Informalidade bate recorde

A informalidade continua batendo recordes no mercado de trabalho brasileiro, segundo o IBGE. De acordo com o instituto, 11,8 milhões de pessoas estão sem carteira de trabalho assinada no setor privado, um crescimento de 2,9% (338 mil pessoas) com relação ao trimestre passado, enquanto os trabalhadores por conta própria atingiram 24,4 milhões de pessoas, alta de 1,2% (293 mil pessoas). Ambas as marcas são novos recordes na série histórica. Um total de 12,5 milhões de pessoas ainda estão desempregadas no Brasil.

Novo AI-5?

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse, em entrevista à jornalista Leda Nagle no YouTube, que se a esquerda brasileira “radicalizar”, uma resposta pode ser “via um novo AI-5”. “Tudo é culpa do Bolsonaro, percebeu? Fogo na Amazônia, óleo no Nordeste (...) Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta. E uma resposta pode ser via um novo AI-5 (...)”, afirmou o filho de Bolsonaro. O AI-5 foi o marco mais duro da ditadura brasileira, editado em 1968, causando cassações, direitos políticos suspensos, demissões, repressão, com mortes e desaparecimentos de militantes de esquerda.